

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.720 - PR (2018/0292023-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DSR SOLUÇÕES E INTELIGENCIA LOGÍSTICA LTDA
ADVOGADOS : CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
MÁRCIO EDUARDO MORO - PR041303
IZABEL CRISTINA PEDROSO PINHEIRO - PR089422
AGRAVADO : EDMAR MARCELO TABALIPA
ADVOGADOS : FLÁVIO DIONÍSIO BERNARTT - PR011363
RAFAEL EDUARDO BERNARTT - PR033792
ANTELMO JOÃO BERNARTT FILHO - PR043594
FERNANDA RADULSKI - PR063652

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DSR SOLUÇÕES E INTELIGÊNCIA LOGÍSTICA LTDA, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Nas razões do nobre apelo, o recorrente debate os seguintes temas: a) ilegitimidade passiva; b) ausência de responsabilidade civil do empregador; e c) termo inicial dos juros de mora.

É o relatório. Decido.

Responsabilidade do empregador e sua legitimidade passiva:

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou a seguinte fundamentação (fl. 415):

Portanto, sendo o autor e o litisdenunciado empregados da ré/apelante 1, e tendo a agressão ocorrido em horário de serviço, é imperiosa a subsunção do fato ao inciso I, do art. 932, do CC.

Ressalta-se que o fato ilícito ocorreu em razão do serviço, uma vez que fora originário de uma reclamação do autor quanto ao atraso do agressor em consertar a carreta do caminhão.

O motivo foi algo relacionado ao trabalho, no pátio do estabelecimento e em horário comercial, em que ambas as partes estavam à disposição da empregadora, ora ré. Agindo o empregado, ora litisdenunciado, de forma dolosa - fato incontroverso nos autos, é inquestionável a responsabilidade objetiva da ré pelo ilícito cometido.

É pacífico na jurisprudência do STJ, o entendimento de que o empregador responde objetivamente pela reparação civil decorrente dos danos causados por seus

empregados ou prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.

Confira-se, nesse ponto:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR, COM AMPARO NOS ELEMENTOS DE FATO CONSTANTES DO AUTOS, A DINÂMICA DO EVENTO DANOSO - RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.

1. "O novo Código Civil (art. 933), seguindo evolução doutrinária, considera a responsabilidade civil por ato de terceiro como sendo objetiva, aumentando sobrejamente a garantia da vítima.

Malgrado a responsabilização objetiva do empregador, esta só exsurgirá se, antes, for demonstrada a culpa do empregado ou preposto, à exceção, por evidência, da relação de consumo" (REsp 1135988/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 17/10/2013).

2. Ante a impossibilidade de se aferir a dinâmica dos fatos, como decidido pelo Tribunal de origem, não há como acolher as teses relacionadas com a responsabilidade civil da pessoa jurídica por fato de terceiro (preposto), assim como da presunção de culpabilidade daquele que colide com veículo que está à sua frente, nos temos do Código de Trânsito Brasileiro, em razão do óbice contido na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.079.508/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 5/3/2018)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO. DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA. CUNHO OBJETIVO. DEVER DE INDENIZAR. VÍNCULO DE NATUREZA ESPECIAL. EMPREGADO E EMPREGADOR. RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO. TEORIA DA SUBSTITUIÇÃO. NEXO CAUSAL INCIDENTAL. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. CULPA. OCORRÊNCIA. CULPA CONCORRENTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. LUCROS CESSANTES. PERDA NA LAVOURA. ÔNUS DA PROVA. PENSÃO MENSAL. DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. CUMULAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR.

1. O propósito recursal é determinar se está presente, na hipótese concreta, o nexo de causalidade necessário para a configuração da responsabilidade civil dos empregadores pelo dano causado pelo empregado/preposto.

2. Embora a regra seja a responsabilidade por fato próprio, a Lei estabelece, em hipóteses especiais, relacionadas às características de certas relações jurídicas, a responsabilidade solidária por ato de outrem.

3. O CC/02 deixou expressamente de exigir a culpa para a atribuição da responsabilidade por fato de terceiro e passou a perfilar a teoria da responsabilidade objetiva do responsável, com a finalidade de assegurar o mais amplo ressarcimento à vítima dos eventos danosos.

4. A responsabilidade indireta decorre do fato de os responsáveis exercerem poderes de mando, autoridade, vigilância ou guarda em relação aos causadores imediatos do dano, do que decorre um dever objetivo de guarda e vigilância.

5. A responsabilidade do empregador pelos atos do empregado deriva, ainda, da teoria da substituição, segundo a qual o empregado ou preposto representa seu empregador ou aquele que dirige o serviço ou negócio, atuando como sua longa manus e substituindo-lhe no exercício das funções que lhes são próprias.

6. Segundo o art. 932, II, do CC/02, não se exige que o preposto esteja efetivamente em pleno exercício do trabalho, bastando que o fato ocorra "em razão dele", mesmo que esse nexos causal seja meramente incidental, mas propiciado pelos encargos derivados da relação de subordinação.

7. Na espécie, em virtude de desavenças relativas ao usufruto das águas que provinham das terras que pertencem aos requeridos, o recorrente foi ferido por tiro desferido pelo caseiro de referida propriedade. O dano, portanto, foi resultado de ato praticado no exercício das atribuições funcionais de mencionado empregado - de zelar pela manutenção da propriedade pertencente aos recorridos - e relaciona-se a desentendimento propiciado pelo trabalho a ele confiado - relativo à administração da fonte de água controvertida.

(...).

15. Recurso especial provido.

(REsp 1.433.566/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 31/5/2017)

Dessa feita, aplica-se, no caso, a Súmula 83/STJ.

Ressalto, ainda, que é inviável a reforma do *decisum*, nesse particular, pois, para se concluir em sentido contrário ao que restou expressamente consignado no acórdão recorrido, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito desta instância especial ante o óbice da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Termo inicial dos juros de mora:

É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido da aplicação dos juros a partir da data do evento danoso, nos casos de responsabilidade extracontratual. Vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA. INOVAÇÃO RECURSAL. DESCABIMENTO.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

3. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ).

4. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em recurso posterior, pois configura indevida inovação recursal.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 862.889/PR, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 30/10/2017.)

No caso dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, conforme se extrai da fl. 445.

Incide, igualmente, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão da gratuidade de justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente